

DO TATAME AO MUNDO: JIU-JÍTSU BRASILEIRO UM FENÔMENO MIDIÁTICO ENTRE APROPRIAÇÃO CULTURAL, DISPUTA SIMBÓLICA E FORMAÇÃO ÉTICA

*FROM THE TATAMI TO THE WORLD: BRAZILIAN JIU-JITSU AS A
MEDIA PHENOMENON BETWEEN CULTURAL APPROPRIATION,
SYMBOLIC DISPUTE, AND ETHICAL FORMATION*

TIAGO NEGRÃO ANDRADE¹

RESUMO

Este artigo analisa a trajetória do jiu-jítsu brasileiro como resultado de um processo de apropriação cultural que transformou uma arte marcial japonesa em um símbolo nacional reconfigurado, impulsionado pela atuação central da família Gracie. Responsáveis pela consolidação técnica, institucional e midiática da prática no Brasil e no exterior, os Gracie protagonizaram a difusão internacional do jiu-jítsu, culminando na criação do Ultimate Fighting Championship, que alçou a arte marcial ao status de fenômeno global e mercado bilionário. A partir de uma abordagem teórico-crítica e interdisciplinar, o estudo examina os tensionamentos simbólicos, genealógicos e pedagógicos que moldaram o campo, com ênfase nos apagamentos históricos de linhagens como a de Oswaldo Fadda e no silenciamento do legado de Carlson Gracie, cuja pedagogia popular e inclusiva rompeu com o elitismo original da prática. Dada a escassez de documentação crítica no campo esportivo tradicional, recorre-se a fontes alternativas — como biografias, reportagens e produções independentes — para mapear experiências periféricas e insurgentes que ressignificam o jiu-jítsu como espaço de formação ética, cuidado e resistência. O artigo também analisa a experiência educacional de Abu Dhabi, onde o jiu-jítsu foi integrado ao currículo escolar, propondo sua adaptação crítica ao contexto brasileiro. Conclui-se que o jiu-jítsu brasileiro deve ser compreendido não apenas como técnica de combate, mas como linguagem cultural em disputa, cuja potência formativa reside na sua capacidade de articular memória, identidade e emancipação coletiva.

Palavras-chave: Jiu-jítsu brasileiro; família Gracie; Carlson Gracie; Oswaldo Fadda; Ultimate Fighting Championship; pedagogia do corpo; resistência periférica.

ABSTRACT

This article analyzes the trajectory of Brazilian Jiu-Jitsu as the result of a cultural appropriation process that transformed a Japanese martial art into a reconfigured national symbol, propelled by the central role of the Gracie family. Responsible for the technical, institutional, and media consolidation of the practice in Brazil and abroad, the Gracies led the international expansion of Jiu-Jitsu, culminating in the creation of the Ultimate Fighting Championship, which elevated the martial art to a global phenomenon and a billion-dollar industry. Based on a theoretical-critical and interdisciplinary approach, the study examines the symbolic, genealogical, and pedagogical tensions that shaped the field, with emphasis on historical erasures of lineages such as Oswaldo Fadda's and the silencing of Carlson Gracie's legacy, whose inclusive pedagogy challenged the elitism of the original practice. Due to the lack of critical documentation in traditional sports literature, the study draws on alternative sources — including biographies, journalistic reports, and independent productions — to map peripheral and insurgent experiences that reframe Jiu-Jitsu as a space for ethical formation, care, and resistance. The article also analyzes

1 Mestre em Ciência e Tecnologia de Alimentos pelo ITAL, possui experiência docente nos cursos de Publicidade e Propaganda, Marketing e Cinema do CEUNSP. Graduado em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas pela UNISO.

the educational experience in Abu Dhabi, where Jiu-Jitsu was integrated into the school curriculum, proposing its critical adaptation to the Brazilian context. It concludes that Brazilian Jiu-Jitsu should be understood not merely as a combat technique, but as a cultural language in dispute, whose formative potential lies in its ability to articulate memory, identity, and collective emancipation.

Keywords: *Brazilian Jiu-Jitsu; Gracie family; Carlson Gracie; Oswaldo Fadda; Ultimate Fighting Championship; body pedagogy; peripheral resistance.*

Introdução

A história do jiu-jítsu brasileiro constitui um dos mais emblemáticos exemplos de apropriação cultural, reinvenção técnica e disputa simbólica no campo das artes corporais. Sua gênese está envolta em narrativas míticas que oscilam entre registros históricos e apagamentos deliberados. Embora algumas versões localizem sua origem na Índia antiga, com monges budistas que desenvolviam técnicas de autodefesa com base em alavancas e princípios filosóficos orientais (BJJ Fanatics, 2023), é no Japão feudal que o jiu-jítsu se sistematiza como prática marcial dos samurais, sob influências do *budô* e das escolas clássicas de combate (Gracie Barra, 2023). A transposição dessa arte ao Brasil, mediada por Mitsuyo Maeda no início do século XX, inscreve-se em um processo de tradução transcultural assimétrico, no qual os irmãos Gracie reconfiguram o jiu-jítsu como uma técnica nacionalizada, adaptada às condições sociais, estéticas e econômicas do contexto carioca (Drysdale, 2020).

O campo de estudos sobre o jiu-jítsu tem evoluído de descrições técnicas e narrativas laudatórias para análises críticas que tensionam seus fundamentos culturais, sociais e políticos. Pesquisas recentes vêm explorando como a construção da autoridade técnica, o monopólio genealógico da família Gracie e a espetacularização midiática da luta (especialmente via UFC) moldaram uma epistemologia corporificada da disciplina e da virilidade (Drysdale, 2023; Foucault, 1987; Han, 2015). Neste sentido, o jiu-jítsu se consolida não apenas como arte marcial, mas como pedagogia social de gênero, raça e classe. A crescente institucionalização e globalização do jiu-jítsu, marcada por federações internacionais, eventos pay-per-view e mercados de apostas milionários, traz à tona novas problemáticas relativas à padronização da técnica, à exclusão de linhagens periféricas e à mercantilização do corpo lutador (Sportbuzz, 2024; Globo Esporte, 2023).

Este estudo tem como objeto a reconstrução crítica da trajetória do jiu-jítsu brasileiro, com foco na tensão entre sua narrativa oficial — centrada na linhagem Gracie — e as práticas insurgentes que emergem das periferias urbanas, das mulheres lutadoras e das dissidências de gênero. O jiu-jítsu, enquanto arte corporal codificada, opera como tecnologia de poder e campo de disputa simbólica, em que o corpo não apenas luta, mas também comunica, subverte e resiste (Butler, 1990; Connell, 1995). As características técnicas dessa arte — como o domínio do combate no solo, o princípio da alavanca e a valorização da estratégia sobre a força — a tornam singular entre as artes marciais, mas sua diferenciação não pode ser reduzida ao plano funcional. Ela se constrói também na arena discursiva, midiática e pedagógica, onde se definem os corpos legítimos e as performances aceitáveis.

Comparado a outras artes marciais, o jiu-jítsu brasileiro se singulariza pela estrutura familiar de poder, pela valorização da luta no chão e por seu ethos competitivo centrado em submissão. Contudo, essas especificidades são também fontes de controvérsias. As disputas internas na

família Gracie, os apagamentos de linhagens como a de Oswaldo Fadda, e as tensões entre pedagogias tradicionais e práticas comunitárias revelam uma história marcada por desigualdades, resistências e reinvenções (Drysdale, 2020; Santos, 2019). Além disso, a expansão global do jiu-jítsu implicou um processo de pasteurização da técnica, regulada por regras internacionais instituída pela federação Federação Internacional de Jiu-Jitsu Brasileiro - IBJJF que omitem a diversidade original histórica da arte como autodefesa.

Diante desse cenário, o presente artigo propõe uma análise teórica e crítica da constituição simbólica, genealógica e pedagógica do jiu-jítsu brasileiro. Busca-se compreender como se formaram seus regimes de verdade, quais corpos foram autorizados a ensinar e performar a técnica, e de que modo experiências contra-hegemônicas vêm desestabilizando essa arquitetura simbólica. A pergunta que orienta esta investigação é: como o jiu-jítsu, de arte marcial elitista e padronizada, torna-se também instrumento de resistência, memória e emancipação nas periferias urbanas brasileiras? A hipótese central é que o jiu-jítsu brasileiro, apesar de sua cristalização institucional e mercadológica, permanece um campo tenso e vivo de disputas culturais, pedagógicas e políticas — onde a luta não se dá apenas entre corpos, mas entre mundos possíveis.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, teórica e crítica, fundamentada em referenciais interdisciplinares oriundos da sociologia do esporte, dos estudos culturais, da filosofia política e das epistemologias do Sul. O artigo articula os aportes de Pierre Bourdieu (1996) sobre campo e capital simbólico, Michel Foucault (1987) sobre biopoder e disciplinamento dos corpos, Judith Butler (1990) sobre performatividade de gênero, bell hooks (2003) sobre pedagogias do corpo e da diferença, e Boaventura de Sousa Santos (2019) sobre ecologia de saberes e epistemologias contra-hegemônicas. A análise documental abrange livros históricos, biografias, artigos científicos e materiais de imprensa especializada, com destaque para as obras de Reila Gracie (2008), Hélio Gracie (2007) e Robert Drysdale (2020; 2023), bem como reportagens e registros institucionais sobre eventos como o UFC. Foram consultados bancos como SciELO, Google Scholar e acervos digitais de revistas como Revista Brasileira de Ciências do Esporte e Ciência e Extensão, com foco no período de 2000 a 2025. A seleção dos materiais foi guiada por descritores como “jiu-jítsu brasileiro”, “linhagem Gracie”, “esporte e periferia”, “masculinidade e luta”, “genealogia técnica” e “pedagogia marcial”. Os critérios de inclusão priorizaram fontes com análise crítica sobre os aspectos sociais, simbólicos e políticos da prática do jiu-jítsu no Brasil. O corpus foi examinado à luz de uma análise temática crítica, buscando identificar como a técnica se inscreve nas disputas por autoridade simbólica, identidades corporais e transformações sociais. Esta estratégia visa tensionar as narrativas hegemônicas e mapear as práticas contra-hegemônicas que reconfiguram o jiu-jítsu como práxis política e pedagógica.

Resultados e Discussão

A análise desenvolvida reflete os principais tensionamentos históricos, simbólicos e políticos identificados ao longo do percurso do jiu-jítsu brasileiro, revelando como seus sentidos foram moldados por disputas de linhagem, processos de racialização, pedagogias de gênero e estratégias de legitimação. Os resultados não apenas expõem os mecanismos de consagração simbólica que alicerçam a autoridade técnica no campo, mas também desvelam as práticas periféricas e insurgentes que deslocam tais hegemonias. Ao articular os dados empíricos e documentais com os marcos teóricos, a discussão avança para problematizar os efeitos desses arranjos sobre a constituição do corpo lutador, a configuração dos espaços de ensino e a produção de subjetividades, considerando tanto as forças de padronização institucional quanto as formas de reexistência nos territórios populares. Com isso, torna-se possível compreender o jiu-jítsu não apenas como uma técnica esportiva, mas como uma arena viva de conflitos epistêmicos, culturais e pedagógicos, na qual se disputam sentidos, memórias e futuros possíveis.

Viagem da Arte Suave: do Japão ao Brasil, do Brasil à América, da América ao mundo

A gênese do jiu-jítsu é envolta em debates históricos e culturais. Embora algumas tradições apontem para raízes na Índia antiga, onde monges budistas desenvolveram técnicas de auto-defesa baseadas em princípios de equilíbrio e alavancas, foi no Japão feudal que a arte marcial encontrou terreno fértil para seu desenvolvimento sistematizado (Gracie Barra, 2025; BJJ Fanatics, 2025). Nas escolas de samurais, o jiu-jítsu evoluiu como forma de combate desarmado, enfatizando a utilização da energia do oponente contra ele mesmo. A transposição ao Brasil se dá no início do século XX com Mitsuyo Maeda, discípulo de Jigoro Kano, que em 1914 se estabeleceu em Belém do Pará, onde ensinou Carlos Gracie — episódio considerado o marco fundador do jiu-jítsu brasileiro (Ronin Athletics, 2025; Drysdale, 2020).

Carlos e Hélio Gracie transformaram a arte aprendida em uma prática híbrida, centrada na eficácia do combate no solo. Contudo, essa transformação envolveu tanto inovação técnica quanto apagamentos históricos deliberados. A construção de uma narrativa mitológica em torno da supremacia Gracie foi acompanhada por disputas internas na própria família, com especial destaque para o conflito entre Hélio Gracie e seu sobrinho Carlson Gracie. Este último desempenhou papel decisivo na democratização do jiu-jítsu, abrindo suas academias para alunos de classes populares e adotando uma abordagem mais pragmática e menos dogmática em relação à técnica. Para Robert Drysdale (2023), Carlson representou uma ruptura fundamental com a visão elitista e empresarial dos ramos mais conservadores da família, priorizando a formação coletiva e a vitória como critério legítimo de autoridade técnica.

O legado de Carlson foi silenciado durante décadas pelas narrativas hegemônicas promovidas por veículos ligados à linhagem Hélio–Rorion–Royce. No entanto, como demonstrado em *Opening Closed Guard* (Drysdale, 2020), sua influência se faz presente na maioria dos campeões da era moderna do jiu-jítsu, seja por descendência direta ou filosófica. Sua metodologia focada no treino competitivo, no enfrentamento constante entre equipes e na abertura para novos estilos impulsionou o desenvolvimento técnico do esporte para além dos dogmas familiares. Carlson também foi pioneiro em permitir a entrada de negros, pobres e mulheres em suas academias, desafiando o elitismo racial e de classe que caracterizou os primeiros círculos da arte no Rio de Janeiro.

A criação do UFC em 1993 por Rorion Gracie foi uma tentativa de consagrar publicamente a superioridade do jiu-jítsu Gracie em relação a outras artes marciais. Apesar da consagração inicial com Royce Gracie, essa estratégia também aprofundou os conflitos entre os membros da família, com Carlson criticando publicamente a monopolização do legado e a exploração midiática da “marca Gracie” em detrimento da história real da arte e de seus múltiplos protagonistas (Drysdale, 2023). O projeto, que começou como vitrine familiar, transformou-se em um império global das artes marciais mistas: apenas em 2023, o UFC movimentou cerca de US\$ 1,3 bilhão, com destaque para US\$ 870 milhões em direitos de mídia, US\$ 196 milhões em patrocínios e US\$ 168 milhões em bilheteria de eventos ao vivo (MMA Junkie, 2024; Sportbuzz, 2024). Eventos isolados, como o Noche UFC, chegaram a arrecadar mais de R\$ 120 milhões apenas em ingressos (Globo Esporte, 2023), confirmando que a arte outrora marginal, forjada nos tatames do Rio de Janeiro, tornou-se um produto transnacional de altíssimo valor mercadológico.

Ao se tornar uma marca global, o jiu-jítsu brasileiro passou a operar sob lógica corporativa, padronizando regras, filiações e estilos, muitas vezes em desalinho com sua rica diversidade histórica e regional. Ainda assim, a memória de Carlson Gracie e os estudos recentes de historiadores como Robert Drysdale têm contribuído para reconstruir um mapa mais plural e menos mitológico da trajetória do jiu-jítsu brasileiro, reconhecendo seus conflitos fundacionais como parte constitutiva — e não anomalia — de sua evolução.

A transfiguração do jiu-jítsu japonês no Brasil como fenômeno transcultural

A transfiguração do jiu-jítsu no Brasil não pode ser entendida como mera adaptação técnica, mas como um processo de reconfiguração cultural operado sob condições assimétricas de poder, nas quais práticas corporais são atravessadas por disputas simbólicas, racializações e estratégias de hegemonia. Quando Mitsuyo Maeda chega ao Brasil em 1914, trazendo consigo a técnica do kano jiu-jitsu, o gesto inaugural da transmissão já se inscreve em uma matriz geopolítica marcada por relações coloniais tardias, interesses diplomáticos nipônicos e um campo social brasileiro profundamente hierarquizado. A posterior apropriação dessa técnica pelos irmãos Gracie, especialmente Carlos e Hélio, instaura uma narrativa fundacional que opera apagamentos deliberados de outras linhagens e ressignifica a arte marcial como patrimônio de uma elite branca e urbana. Trata-se de um caso paradigmático de tradução cultural desigual, como indica Canclini (2008), no qual a hibridização não implica simetria, mas antes reorganiza as práticas do corpo em função das hierarquias nacionais de classe, raça e gênero.

A imposição do jiu-jítsu “brasileiro” como versão legítima e superior da arte marcial não se sustenta apenas no plano técnico, mas na construção de uma genealogia autorizada, calcada em duelos públicos, performances midiáticas e estratégias de legitimação discursiva. A consagração simbólica da linhagem Gracie, promovida por canais como a *Gracie Magazine* e eventos como o UFC nos anos 1990, opera segundo a lógica do campo descrita por Bourdieu (1996), na qual o monopólio do capital simbólico é mantido por meio de distinções performativas e apagamentos históricos. O caso da escola de Oswaldo Fadda, sistematicamente excluída das narrativas oficiais apesar de sua expressiva atuação nas periferias do Rio de Janeiro, ilustra como as práticas populares foram submetidas à desvalorização estrutural, mesmo sendo responsáveis pela difusão massiva da luta em territórios negligenciados pelo Estado. A luta pelo

reconhecimento dessas linhagens não é apenas uma reivindicação histórica, mas um gesto político de restituição simbólica.

Ao romper com os fundamentos espirituais e filosóficos do *budô* japonês, o jiu-jítsu brasileiro adere a uma lógica neoliberal de performance e rentabilidade, na qual o corpo se torna empresa de si e o tatame um espaço de capitalização simbólica. Como observa Han (2015), a substituição da disciplina pela autoexploração inaugura um regime de subjetivação voltado à eficiência, ao controle e à competição incessante. O ethos marcial da tradição japonesa, fundado na harmonia, no silêncio e no autoconhecimento, cede lugar a uma pedagogia da virilidade, da hierarquia e da visibilidade. Tal inflexão não é neutra: ela reforça um projeto de modernização seletiva em que os corpos que performam melhor — e mais violentamente — são os únicos visíveis e legitimados. A própria estrutura das federações internacionais, como a IBJJF, revela essa lógica de padronização global, convertendo o saber corporal em produto escalável, enquanto sufoca experiências locais e contra-hegemônicas que ressignificam a prática fora dos centros de poder.

Essa trajetória não anula, contudo, as ambivalências constitutivas do processo. A apropriação do jiu-jítsu no Brasil também deu origem a reinvenções criativas, experiências pedagógicas transformadoras e formas de resistência inscritas no próprio gesto técnico. A complexidade do “abrasileiramento” da arte não reside em sua pureza ou impureza, mas na sua inscrição num campo de disputas onde os sentidos do corpo, da tradição e da identidade são continuamente tensionados. Reconhecer essa pluralidade implica, portanto, romper com a narrativa unívoca da superioridade técnica e abrir espaço para leituras que compreendam a prática da luta como arena viva de negociação cultural, performatividade política e memória social.

Técnica, genealogia e poder: a constituição simbólica da autoridade no jiu-jítsu brasileiro

A autoridade técnica no campo do jiu-jítsu brasileiro foi moldada por um regime de legitimação simbólica que combina genealogia mítica, espetacularização midiática e exclusão sistemática de saberes dissidentes. Ao construir sua linhagem como detentora da “verdade técnica”, a família Gracie instituiu não apenas um estilo de luta, mas um regime de verdade que regula quais corpos, narrativas e práticas podem ser reconhecidos como legítimos. Essa produção da superioridade não é espontânea, mas operada por uma estrutura discursiva que mobiliza performances públicas, como os desafios promovidos por Rickson e Royce Gracie nos anos 1980 e 1990, e por dispositivos midiáticos como a Gracie Magazine, que consagram, reiteradamente, uma história única da técnica. Bourdieu (1996) indica que a monopolização do capital simbólico depende da definição dos critérios de excelência aceitos no campo; neste caso, a excelência é inseparável de uma identidade familiar, racializada e economicamente posicionada.

A ideia de pureza técnica, central na retórica da linhagem hegemônica, atua como filtro moral e epistemológico que separa os corpos aptos dos corpos desviantes. Tal filtro não é neutro: ele opera segundo uma lógica de biopoder (Foucault, 1987), normalizando determinadas formas de lutar, sentir e existir no tatame, ao mesmo tempo em que marginaliza estilos considerados “impuros”, periféricos ou afetivamente desviantes. A exclusão histórica da escola de Oswaldo Fadda exemplifica esse processo: apesar de seu legado técnico e pedagógico, a linhagem Fadda foi sistematicamente ridicularizada e invisibilizada, por ter origem popular, por atuar nas periferias do Rio de Janeiro e por acolher corpos fora da norma dominante. Essa invisibilização não

se limita ao passado: os manuais da IBJJF, hoje referência internacional, continuam omitindo mestres e linhagens que escapam ao eixo Gracie, reforçando a ilusão de uma origem singular e incontestável da técnica.

A performatividade da moralidade, frequentemente associada à ideia de que o jiu-jítsu “forma caráter”, torna-se mecanismo de vigilância dos afetos e comportamentos aceitáveis. A autoridade técnica é inseparável de uma narrativa ética que constrói o praticante ideal como masculino, heterossexual, disciplinado e competitivo — o que produz a exclusão tácita de lutadoras, dissidências de gênero e coletivos contra-hegemônicos. Ao mesmo tempo em que o discurso da “família” é mobilizado como símbolo de tradição e união, ele funciona como dispositivo de homogeneização da experiência, apagando diferenças e reforçando normas excludentes. A luta, transformada em espetáculo de pureza e eficácia, passa a operar como rito de purificação simbólica do campo, no qual a legitimidade não se mede apenas pela técnica, mas por adesão a uma ética normativa que recusa o desvio e a alteridade.

Essa construção hegemônica, no entanto, não é impermeável. A emergência de coletivos periféricos, de mulheres, negros e gays desafia o monopólio simbólico das linhagens tradicionais e reposiciona o tatame como espaço de disputa epistêmica e reinvenção da autoridade. Ainda que a indústria global do jiu-jítsu continue centrada em narrativas de pureza, competição e meritocracia, fissuras se abrem por meio de experiências que reconfiguram a técnica como prática coletiva, pedagógica e política. Questionar a autoridade simbólica no jiu-jítsu é, portanto, mais do que disputar narrativas: é reconfigurar o campo de possíveis do corpo, da memória e da própria luta.

Masculinidade, corpo e disciplina: o jiu-jítsu como pedagogia de gênero

O jiu-jítsu brasileiro configura-se como um espaço privilegiado para a reprodução de masculinidades hegemônicas, operando como rito de passagem simbólico que legitima corpos masculinos por meio da dor, da hierarquia e do controle emocional. Ao instituir uma pedagogia corporal centrada na superação, na resistência física e na competição, a prática reafirma uma estética da virilidade profundamente enraizada nos códigos urbanos da honra, da força e da disciplina. Connell (1995) compreende a masculinidade hegemônica como uma construção relacional que se impõe pela exclusão de outras formas de expressão de gênero. Nesse sentido, o tatame se torna território de homogeneização afetiva, no qual a sensibilidade, o cuidado e a fragilidade são relegados à condição de desvio.

As normas que regem os comportamentos aceitáveis no ambiente da luta não são apenas explícitas, mas também tácitas, inscritas nos gestos, nos olhares e nos códigos éticos que delimitam o que pode ser dito e sentido. Como argumenta Foucault (1987), a disciplina atua diretamente sobre os corpos, moldando sujeitos a partir de mecanismos de vigilância e correção. No jiu-jítsu, a repetição dos movimentos não apenas forma tecnicamente o praticante, mas configura sua postura, seu modo de andar, sua maneira de se expressar. Butler (1990) acrescenta que a performatividade de gênero é reiterativa, e o espaço da luta reforça essa repetição normativa ao punir corporalidades que escapam à masculinidade idealizada. Expressões afetivas, trejeitos considerados femininos ou gestos de vulnerabilidade tornam-se objetos de correção disciplinar, configurando um ambiente que normaliza o silêncio emocional e a negação da diferença.

Apesar da rigidez do modelo dominante, o campo do jiu-jítsu tem sido tensionado por experiências que desafiam a lógica da virilidade normativa. A emergência de mulheres no tatame, projetos nas favelas e comunidade vulnerais coloca em xeque a autoridade simbólica do modelo tradicional, abrindo fissuras na estrutura hegemônica do tatame. Tais práticas reconfiguram a luta não como território de dominação, mas como espaço de escuta, cuidado e partilha. Hooks (2003) propõe uma pedagogia do corpo baseada no afeto e na coletividade, onde o aprender a lutar se torna também um gesto de reconhecimento e dignificação das diferenças. Essas experiências, embora ainda periféricas, desestabilizam os códigos estabelecidos e introduzem novas possibilidades de ser e de lutar.

A disputa não se dá apenas no plano físico, mas atravessa os regimes de verdade que sustentam o campo: quem pode ensinar, quem pode representar, quem pode vencer. Ao deslocar a centralidade do corpo viril para o corpo múltiplo — feminino, trans, gordo, racializado — essas iniciativas provocam um embate epistemológico e político. A luta deixa de ser apenas uma técnica a ser dominada e passa a ser uma prática de subjetivação coletiva, onde o reconhecimento do outro não se dá pela submissão, mas pela convivência. A presença dessas novas corporalidades no tatame não apenas amplia o espectro da legitimidade, mas inaugura outras formas de inteligência corporal e resistência simbólica. Reimaginar o jiu-jítsu como campo de convivência ético-política exige, portanto, desestabilizar os fundamentos da masculinidade normativa e produzir um corpo capaz de lutar sem dominar.

Luta, território e emancipação: o jiu-jítsu como práxis contra-hegemônica nas periferias

O jiu-jítsu, quando apropriado pelas bordas da sociedade, rompe com sua inscrição originária como técnica de dominação simbólica e se reinventa como prática comunitária, pedagógica e política. Ao ser mobilizado em territórios marcados pelo abandono estatal e pela precariedade estrutural, ele deixa de operar sob a lógica neoliberal da performance individual para assumir a função de mediação ética e formativa. Em espaços como favelas, escolas públicas e projetos sociais, o tatame é menos uma arena de competição do que um território de convivência, onde o corpo deixa de ser capital para tornar-se vínculo. Essa ressignificação se aproxima da concepção freiriana de educação como prática de liberdade (Freire, 1993), em que o gesto técnico é também gesto de escuta, pertencimento e cuidado.

As experiências comunitárias que utilizam o jiu-jítsu como ferramenta de transformação — como o Instituto Reação, o Luta pela Paz e os projetos populares em comunidades do Nordeste — mostram que a luta pode operar como dispositivo de subjetivação insurgente. Nesses contextos, a repetição dos movimentos não visa apenas à excelência técnica, mas à reconstrução de vínculos sociais corroídos pela violência e pela exclusão. Bell Hooks (2003) propõe que o corpo, em sua vulnerabilidade compartilhada, pode ser espaço de cura e resistência. No tatame periférico, essa pedagogia do cuidado se manifesta em redes de afeto, na escuta intergeracional e no acolhimento da diferença. A luta, nesse caso, não é ato de dominação, mas gesto de restituição: restituição da confiança, do coletivo, da dignidade.

Entretanto, essas experiências não se dão em terreno neutro. A articulação com políticas públicas de esporte e lazer — como o Programa Segundo Tempo e o Esporte e Lazer da Cidade — revela tanto as potências quanto os limites da institucionalização. Se por um lado o apoio

estatal possibilita estrutura, continuidade e visibilidade, por outro, tende a impor modelos burocráticos, métricas de avaliação padronizadas e desvinculadas do território. A lógica do rendimento, predominante em programas de esporte competitivo, pode tensionar a autonomia ética e pedagógica das iniciativas comunitárias. Ainda assim, quando os projetos conseguem manter o enraizamento local e a escuta ativa das comunidades, surgem formas híbridas de governança do corpo e do comum, capazes de disputar o imaginário sobre o que é “lutar bem”.

Mais do que estratégia de inserção social, o jiu-jítsu nas periferias é um gesto epistêmico. Trata-se da afirmação de um saber não codificado, oral, encarnado, que emerge da experiência e desafia a normatividade imposta pelas federações internacionais, pelas linhagens consagradas e pelos discursos da técnica pura. Boaventura de Sousa Santos (2019) propõe uma ecologia de saberes na qual o conhecimento que nasce na favela ou no sertão tem o mesmo valor ontológico e político que aquele gestado nas academias centrais. O jiu-jítsu periférico, ao se negar a operar segundo os critérios da meritocracia esportiva, se inscreve como resistência cognitiva: produz-se como linguagem do corpo que ensina a cuidar, a proteger e a existir de outras maneiras, contra a lógica do descarte.

Esse deslocamento não anula os riscos de cooptação, nem as contradições internas das próprias práticas populares. Mas reafirma que, mesmo em contextos de escassez, a luta pode ser reaprendida como lugar de reexistência, onde o corpo que luta não é apenas força, mas memória, território e saber. É nesse sentido que o jiu-jítsu deixa de ser apenas técnica e se torna linguagem ética: uma forma de dizer o mundo com o corpo, de disputar a verdade com o gesto, e de forjar futuros nos quais o cuidado e a diferença não sejam exceções, mas fundamentos da convivência.

Entre Tatames e Salas de Aula: A Formação Ética pela Arte Marcial

A institucionalização do jiu-jítsu no currículo escolar, como já ocorre nos Emirados Árabes Unidos, especialmente em Abu Dhabi, exemplifica uma política educacional que reconhece a arte marcial não apenas como prática física, mas como instrumento formativo integral. Desde 2008, o governo local implementou um programa nacional que integra o jiu-jítsu como disciplina obrigatória em mais de 140 escolas públicas, com a coordenação da UAE Jiu-Jitsu Federation e o suporte direto do Estado (Palms Sports, 2025; UAE Jiu Jitsu Federation, 2025). Essa iniciativa, pioneira em escala e alcance, articula objetivos educacionais, sanitários e identitários, promovendo a prática como via para o desenvolvimento da autodisciplina, do autocontrole emocional, do respeito às hierarquias e da construção da confiança mútua.

No contexto escolar, o jiu-jítsu opera como uma pedagogia do corpo, ensinando formas de convivência não apenas por meio da técnica, mas através da escuta, da repetição e do reconhecimento do outro como parceiro, não como inimigo. Segundo o *The Sports Journal* (2025), os professores relatam melhorias significativas no comportamento dos alunos, na concentração em sala de aula e na redução de conflitos escolares. Esses efeitos vão ao encontro da proposta de uma educação corporal ética e transformadora, na qual o gesto técnico é também um gesto social, capaz de forjar sujeitos mais conscientes, respeitosos e comprometidos com o coletivo.

Além disso, como aponta a KHDA (2025), o projeto contribuiu para redefinir a imagem da juventude nacional, oferecendo alternativas à ociosidade e ao sedentarismo, fatores frequentemente associados a transtornos de saúde pública. O jiu-jítsu, nesse sentido, torna-se parte de uma política de bem-estar que compreende o corpo não como ferramenta de produtividade,

mas como território de cuidado e pertencimento. A experiência de Abu Dhabi ainda demonstra que, quando políticas esportivas são integradas a projetos pedagógicos de longo prazo, seus impactos extrapolam o rendimento atlético e se estendem à formação cidadã.

Contudo, como destaca o ADCC News (2025), o sucesso desse modelo também depende de um investimento sólido em infraestrutura, capacitação docente e acompanhamento contínuo, o que pode limitar sua replicabilidade em contextos de maior desigualdade educacional, como o brasileiro. Ainda assim, as bases do programa dos Emirados Árabes podem inspirar políticas locais que articulem esporte, educação e cidadania de forma intersetorial, com especial atenção às especificidades territoriais e culturais.

Portanto, considerar o jiu-jítsu como parte do currículo escolar brasileiro não deve ser visto como excentricidade, mas como uma possibilidade concreta de reimaginar a educação física como campo de formação ética e política. Integrar práticas marciais como o jiu-jítsu a projetos pedagógicos pode ampliar o repertório educativo, promovendo o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, o respeito às diferenças e a construção de subjetividades menos marcadas pela competição predatória e mais orientadas à colaboração e ao cuidado mútuo.

Síntese Analítica

A trajetória do jiu-jítsu brasileiro evidencia como uma prática corporal pode ser simultaneamente instrumento de dominação simbólica e ferramenta de resistência comunitária. Longe de constituir um percurso linear ou homogêneo, o desenvolvimento dessa arte no Brasil e sua projeção global revelam camadas de disputa por legitimidade técnica, autoridade genealógica e visibilidade política. A hegemonia discursiva construída pela linhagem Gracie — com apoio midiático, empresarial e institucional — produziu um regime de verdade em que a técnica se confundia com identidade familiar, racializada e de classe (Drysdale, 2020; Gracie, 2007). Essa lógica, como demonstram Bourdieu (1996) e Foucault (1987), opera não apenas pela consagração, mas também pelo apagamento: exclui linhagens periféricas como a de Fadda, silencia a contribuição de Carlson Gracie e marginaliza corporalidades dissidentes.

Entretanto, o jiu-jítsu brasileiro jamais foi um campo totalmente pacificado. A expansão da prática para além das elites cariocas, sua apropriação por comunidades populares e sua resignificação como linguagem de cuidado e pedagogia da diferença desafiaram os marcos da tradição oficial. Projetos sociais, academias periféricas e coletivos de mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+ revelam a vitalidade política de um jiu-jítsu que se reinventa a partir dos gestos, afetos e experiências de seus praticantes (hooks, 2003; Santos, 2019). Ao tensionar os limites normativos da técnica e das genealogias autorizadas, essas experiências tornam o tatame um território de reexistência, onde o corpo comunica, educa e transforma.

A consolidação do jiu-jítsu como produto global, impulsionado por plataformas como o UFC — que movimentou mais de 1,3 bilhão de dólares em 2023 (Sportbuzz, 2024; MMA Junkie, 2024) — não anulou essas fissuras. Pelo contrário: ao reforçar a padronização e a espetacularização da luta, o modelo corporativo intensificou o contraste entre a técnica como performance mercadológica e a técnica como práxis pedagógica e política. A crítica de Carlson Gracie à monopolização simbólica da “marca Gracie” ganha, nesse contexto, ressonância histórica (Dry-

dale, 2023), pois aponta para o risco de conversão do jiu-jítsu em mercadoria desprovida de memória, território e ética.

Nesse cenário de disputas simbólicas, a inserção do jiu-jítsu no currículo escolar emerge como um gesto contra-hegemônico com alto potencial formativo. A experiência de Abu Dhabi, onde o jiu-jítsu foi institucionalizado como disciplina obrigatória desde 2008, demonstra que as artes marciais podem contribuir significativamente para a formação ética, emocional e cidadã de estudantes (Hassan, 2014; UAE Jiu-Jitsu Federation, 2023). Ao ensinar respeito mútuo, disciplina, escuta, autocontrole e consciência corporal, o jiu-jítsu ultrapassa a dimensão esportiva e se torna uma pedagogia do corpo sensível às diferenças. No Brasil, embora ainda marginal no campo da educação formal, experiências em escolas públicas e projetos comunitários sinalizam a potência dessa prática como ferramenta de inclusão, redução da violência escolar e fortalecimento de vínculos coletivos. Incorporar o jiu-jítsu ao currículo, especialmente em territórios vulnerabilizados, não significa apenas ensinar técnicas de combate, mas instituir uma linguagem educativa baseada na dignidade, no cuidado e na valorização das trajetórias silenciadas.

Concluir que o jiu-jítsu brasileiro é apenas uma técnica marcial seria perder de vista sua complexidade enquanto fenômeno social, cultural e político. Ele é também linguagem, arquivo e gesto de mundo. Como corpo insurgente, carrega em si as marcas da exclusão, mas também da potência criadora. A luta, nesse sentido, não se encerra no tatame, mas se prolonga nas disputas por reconhecimento, por novas epistemologias do corpo e por futuros em que a diferença não seja corrigida, mas celebrada. Reimaginar o jiu-jítsu como espaço ético de convivência e emancipação exige romper com a narrativa única, escutar as vozes apagadas e cultivar os saberes que brotam das margens.

Conclusão

A trajetória do jiu-jítsu brasileiro, conforme reconstruída neste artigo, revela não apenas um processo de reinvenção técnica e apropriação simbólica, mas também um campo de disputa epistemológica no qual corpos, saberes e narrativas concorrem por legitimidade. A genealogia hegemônica instituída pela família Gracie, ao mesmo tempo em que consolidou uma identidade global para a arte marcial, operou apagamentos históricos e exclusões estruturais que ainda moldam os regimes de autoridade técnica no campo (Drysdale, 2020; Bourdieu, 1996; Foucault, 1987). A espetacularização promovida pelo UFC e o modelo empresarial da IBJJF contribuíram para a padronização da técnica e a mercantilização da luta, reforçando lógicas neoliberais de performance e competitividade (Han, 2015; Sportbuzz, 2024).

Apesar desse cenário de institucionalização, práticas insurgentes oriundas de periferias urbanas, coletivos dissidentes e projetos sociais têm desestabilizado o monopólio simbólico vigente, afirmando outras pedagogias do corpo e da diferença. Essas experiências deslocam a centralidade da técnica pura para a dimensão ética e comunitária da luta, inscrevendo o jiu-jítsu como linguagem de reexistência e resistência (hooks, 2003; Santos, 2019; Freire, 1993). O gesto técnico torna-se, nesses contextos, gesto político: aprende-se a lutar não apenas para vencer, mas para cuidar, lembrar e conviver.

Este estudo, contudo, apresenta algumas limitações. A abordagem qualitativa e documental, ainda que permita uma análise crítica e interdisciplinar, não abrange a totalidade das experiências regionais e locais em que o jiu-jítsu tem se transformado. A ausência de entrevistas com praticantes, mestres ou membros de coletivos periféricos restringe a imersão empírica e impede uma escuta direta das vozes que tensionam o campo por dentro. Além disso, a concentração da análise em fontes históricas e midiáticas oculta, em parte, as dinâmicas cotidianas de ensino e resistência que ocorrem fora dos registros oficiais.

Nesse sentido, propõem-se como caminhos para futuras investigações: (1) o aprofundamento etnográfico das experiências comunitárias em favelas, escolas públicas e projetos autônomos; (2) a análise interseccional das trajetórias de lutadoras e dissidências de gênero no jiu-jítsu; (3) o mapeamento comparado entre diferentes linhagens técnicas invisibilizadas pela narrativa dominante; e (4) o estudo da pedagogia corporal do jiu-jítsu como ferramenta de saúde mental, reintegração social e construção de subjetividades coletivas.

Ao reconhecer a multiplicidade de sentidos que atravessam o jiu-jítsu brasileiro, reafirma-se a necessidade de romper com leituras essencialistas e mitológicas. Mais do que uma arte de submissão, ele pode ser compreendido como prática crítica de emancipação, onde a luta é também linguagem e o corpo, arquivo de mundos possíveis.

Referências

- ADCC NEWS. UAE - School-Jitsu Program Start. Disponível em: <https://adcombat.com/news2009-09-26uae-school-jitsu-program-start/>. Acesso em: 4 jun. 2025.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Maria López. São Paulo: EDUSP, 2008.
- DRYSDALE, Robert. *A ascensão e evolução do jiu-jitsu brasileiro: do vale-tudo, a Carlson Gracie, à sua democratização*. São Paulo: Clube de Autores, 2023.
- DRYSDALE, Robert. *Opening Closed Guard: The Origins of Jiu-Jitsu in Brazil*. Las Vegas: Robert Drysdale, 2020.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- GLOBO ESPORTE. Noche UFC arrecada mais de R\$ 120 milhões em bilheteria. *Globo Esporte*, 18 set. 2023. Disponível em: <https://ge.globo.com/combate/noticia/2023/09/18/noche-ufc-arrecada-mais-de-r120-milhoes.ghtml>. Acesso em: 4 jun. 2025.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.
- hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Sandra Regina Haydu. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KHDA. *Schools get to grips with jiu jitsu*. Disponível em: <https://web.khda.gov.ae/en/About-Us/News/2009/Schools-get-to-grips-with-jiu-jitsu>. Acesso em: 4 jun. 2025
MMA JUNKIE. UFC parent company Endeavor reports record revenue of \$1.3 billion in 2023. *MMA Junkie*, 31 jan. 2024. Disponível em: <https://mmajunkie.usatoday.com/2024/01/ufc-endeavor-earnings-report-2023-record-revenue>. Acesso em: 4 jun. 2025.

PALMS SPORTS. *Building Champions: The Legacy of the School Jiu-Jitsu Program Across the UAE*. Disponível em: <https://www.palmssports.com/building-champions-the-legacy-of-the-school-jiu-jitsu-program-across-the-uae/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

SPORTBUZZ. UFC registra faturamento recorde de US\$ 1,3 bilhão em 2023. *Sportbuzz*, 1 fev. 2024. Disponível em: <https://sportbuzz.uol.com.br/noticias/ufc/ufc-registra-faturamento-recorde-de-us-13-bilhao-em-2023.phtml>. Acesso em: 4 jun. 2025.

THE SPORTS JOURNAL. *Introduction to UAE Jiu-Jitsu School Program*. Disponível em: <https://sportsjournal.io/youth/introduction-to-uae-jiu-jitsu-school-program/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

UAE JIU JITSU FEDERATION. *UAE Jiu Jitsu Federation*. Disponível em: <https://events.uaejjf.org/en/uaejjf/uaejjf>. Acesso em: 4 jun. 2025.
events.uaejjf.org+5
events.uaejjf.org+5
events.uaejjf.org+5